

A pronúncia do latim na liturgia da Igreja Católica

A questão da pronúncia do latim nas cerimónias litúrgicas do rito latino da Igreja Católica é um dos aspectos do problema geral da pronúncia da língua latina. E que este problema tenha mais de um aspecto não é de admirar, se tivermos presente ser seu objecto uma língua com uma vida longa, que abrange mais de duas dezenas de séculos, durante os quais passou por várias fases e serviu como língua própria ou como língua literária muitas gerações. É um problema complexo, que, como tal, não pode ter uma solução única.

A palavra *latim*, com que correntemente são indicadas a língua e a literatura latinas (v. g., «estudo *latim*», «cadeira de *Latim*»), leva-nos, talvez pela sua pequenez, a restringir a limites muito estreitos o valor, a extensão e a importância de tão complexa língua e da sua tão vasta e multiforme literatura. É um erro, que se reflecte nas soluções geralmente dadas aos problemas de qualquer modo ligados àquelas língua e literatura. Um deles é precisamente o da pronúncia.

Num trabalho em preparação é meu intento ocupar-me de tais problemas e da necessidade de os orientar num sentido mais próximo da realidade. Neste artigo, porém, não quero sair do assunto que me propus.

Pois que me ocupo da língua latina como língua litúrgica da Igreja Católica, sujeita por consequência no seu uso, sob o aspecto disciplinar, às determinações que porventura tenham sido tomadas, importa antes de mais conhecer o pensamento da Santa Sé sobre a questão. Faço-o tomando como base «o voto de um consultor da S. C. dos Ritos», escrito em res-

à la prononciation romaine du latin se continue avec le même zèle et les mêmes succès consolants qui ont marqué jusqu'à présent sa marche progressive; et pour les motifs énoncés plus haut, Nous espérons que, sous votre direction et celle des autres membres de l'épiscopat, cette réforme puisse heureusement se propager dans tous les diocèses de France.»

Em resumo, os desejos (*Nous souhaitons*) do Santo Padre concretizam-se nestes pontos fundamentais: 1.º—que se difunda nas dioceses de França a pronúncia do latim à maneira romana; 2.º—que essa difusão se faça tendo por fim uma execução mais perfeita das melodias gregorianas e a unidade litúrgica.

Vejamos agora em quais circunstâncias S. S. Pio x escreveu a referida carta. Poderemos de tal modo conhecer melhor o seu pensamento.

Em Janeiro de 1911 iniciou-se em França a publicação da *Revue Grégorienne*, destinada a «études de chant sacré et de liturgie». No programa da acção a desenvolver, apresentado a S. S. Pio x, dizia-se: «cette Revue et ses rédacteurs travailleront également à la réforme de la prononciation latine en France.» A *Revue Grégorienne* iniciou de facto a propaganda de tal reforma, mas não encontrou por toda a parte ambiente favorável. A oposição à pronúncia romana, começada de resto antes da actividade da *Revue Grégorienne*, veio a dar origem, em 1928, à obra *La prononciation du latin*, de Mons. Moissenet, da diocese de Dijon, trabalho de polémica a favor da pronúncia francesa do latim; e entre os leigos procurou-se obstar, por meio de uma *Société des amis de la prononciation française du latin* e de uma *Ligue contre la prononciation italienne du latin*, ao que se julgava ser uma ofensiva desnacionalizadora.

Os iniciadores da reforma aperceberam-se das dificuldades, que encontravam, para introduzirem em França a pronúncia romana. Recorreram, em busca de apoio, à Santa Sé. Ao Papa, então Pio x, foi dirigida uma carta, apoiada por Mons. Dubois, e assinada por cerca de mil pessoas (1), cuja nacionalidade,

(1) Mons. Moissenet, *La prononciation du latin*, Dijon, 1928, págs. 83-84, transcreve a carta.

posta a um pedido de informação que em 1938 fiz por intermédio da Legação de Portugal junto do Vaticano.

A questão da pronúncia do latim não foi até 1912 objecto de nenhuma intervenção por parte da Santa Sé. Só em Julho daquele ano S. S. Pio X se ocupou de tal assunto numa carta dirigida a Mons. Dubois, arcebispo de Bourges (1). É um documento fundamental para o estudo do aspecto disciplinar da questão; e por isso parece-me conveniente transcrever os períodos mais importantes. São os seguintes:

«Votre lettre (do arcebispo Dubois) du 21 juin dernier, comme aussi celles que Nous avons reçues d'un grand nombre de pieux et distingués catholiques français, Nous ont appris, à Notre grande satisfaction, que, depuis la promulgation de Notre *Motu proprio* du 22 novembre 1904 sur la musique sacrée, on s'applique avec un très grand zèle, dans divers diocèses de France, à faire en sorte que la prononciation de la langue latine se rapproche de plus en plus de celle qui est usitée à Rome; et que l'on cherche en conséquence à rendre plus parfaite, selon les meilleures règles de l'art, l'exécution des mélodies grégoriennes, ramenées par Nous à leur ancienne forme traditionnelle.

«C'est qu'en effet la question de la prononciation du latin est intimement liée à celle de la réstauration du chant grégorien, objet constant de Nos pensées et de Nos recommandations, depuis le commencement de Notre Pontificat.

«L'accent et la prononciation du latin eurent une grande influence dans la formation mélodique et rythmique de la phrase grégorienne; et par suite il est important que ces mélodies soient reproduites, dans l'exécution, de la manière dont elles furent artistiquement conçues à leur origine. Enfin la diffusion de la prononciation romaine aura encore cet autre avantage, comme vous l'avez fort bien remarqué, de consolider de plus en plus l'oeuvre de l'unité liturgique en France, unité accomplie par l'heureux retour à la liturgie romaine et au chant grégorien.

«C'est pourquoi Nous souhaitons que le mouvement de retour

(1) *Acta Apostolicae Sedis*, 16 de Set.º de 1912, págs. 577-578.

tous Français, se desejou pôr em relevo logo no início do documento, não fosse o caso de serem considerados de outra nação por defenderem a pronúncia romana do latim. Que desejavam esses mil signatários da carta escrita em nome da «immense majorité des grégorianistes français»? Na França queriam ver aceita por todos os bispos, sacerdotes e fiéis a sua iniciativa, e da parte do Santo Padre pediam a expressão de um desejo favorável aos seus esforços, para assegurar o bom resultado deles.

Foi em resposta a esta súplica que Pio X escreveu o documento a que já fiz referência, e que tem nos seus pontos fundamentais correlação com a carta dos gregorianistas franceses. De facto os mil suplicantes escreviam: «Il importe essentiellement, pour la bonne exécution des mélodies grégoriennes, que les paroles qui lui servent de support soient prononcées aujourd'hui comme elles l'étaient au temps où la mélodie fut composée.» E ainda: «l'immense majorité des grégorianistes français considèrent la prononciation romaine comme nécessaire pour la restauration intégrale des mélodies liturgiques... Aussi, avec les précieux encouragements d'un certain nombre de NN. SS. les Evêques, avons-nous entrepris de travailler à la diffusion en France de la prononciation romaine du latin, réforme qui nous donnerait la parfaite unité liturgique, vœu constant de l'Église.» Por fim, depois de declararem que um desejo expresso pelo Santo Padre lhes asseguraria prontamente o bom resultado, suplicam: «Ce désir nous Vous supplions, Très Saint Père, avec toute l'ardeur de notre conviction, fruit de notre longue et patiente expérience, de l'exprimer hautement en faveur des grégorianistes français.»

Estas transcrições bastam para que se verifique não ser o referido documento pontifício mais do que uma bondosa e provocada aquiescência aos desejos de um grupo de gregorianistas franceses. «Le Saint Père — comenta Mons. Moissenet na sua citada obra — «ne pouvait que paternellement accepter l'offrande qui lui était faite par ses fils de France et consentir à exprimer le désir sollicité.» E acrescenta esta nota curiosa: Pio X, falando com um bispo francês acerca da sua resposta afirmativa à histórica súplica dos gregorianistas franceses, respondeu

«avec un sourire de nature à souligner exactement la portée de son acte: — Ce sont les chantres qui l'on voulu». E que tenham sido franceses quem tal quis, compreende-se por uma razão que E. Jové, no estudo *De recta linguae Latinae pronuntiatione* (1), assim sintetiza: «Quantum deturpetur cantus planus Gallica pronuntiatione nemo est quin noverit.»

A iniciativa da propaganda da pronúncia romana do latim nas cerimónias litúrgicas partiu, pois, não da Santa Sé, não de Pio x, que no seu *Motu proprio* de 22 de Novembro de 1904, relativo à restauração do canto gregoriano, não deu sobre o assunto nenhuma indicação, mas sim de um grupo de franceses. As razões com que justificam a sua iniciativa (perfeita execução do canto gregoriano e uniformidade da língua), analisa-as e refuta-as Mons. Moissenet no citado livro, onde o leitor, desejoso de aprofundar este aspecto da questão, encontrará bastantes elementos de estudo.

Como vemos, o documento pontifício em que se fundamenta a expansão da pronúncia italiana do latim em França não exprime, pois, uma ordem. «La lettera (de Pio x) non è un *Motu proprio* e nemmeno un decreto, per conseguenza non è un ordine, ma tuttavia rimane un documento della più alta importanza», escreveu Norbert Rousseau num artigo de defesa e propaganda da referida pronúncia (2). As mesmas palavras transcreve-as o Rev.^{mo} Consultor da S. C. dos Ritos, no documento a que fiz alusão no início deste artigo; e fê-las seguir destas outras: «Le espressioni del Santo Padre *Noi desideriamo... Noi speriamo...* praticamente furono interpretate come obbligo religioso e il movimento incominciato prima del documento Pontificio si accentuò sempre di più.»

Da França o uso da pronúncia italiana passou à Bélgica e à Espanha. Bento xv, segundo E. Jové, e o cardeal Gasparri louvaram-no em cartas dirigidas, em 1919, ao abade do Mos-

(1) *Palaestra Latina*, n.º 30, 1933-34.

(2) Publicado no original francês na *Revue Grégorienne*, Set.º-Out.º de 1912, págs. 141-147; traduzido em italiano na *Rassegna Gregoriana*, Jul.-Dez.º de 1912, págs. 216-226.

teiro de Monserrate, de Espanha. Mas por aí ficou a intervenção da Santa Sé. S. S. Pio XI, no *Motu proprio* de 20 de Outubro de 1924, que cria na Universidade Gregoriana um curso de língua latina, não dá nenhuma indicação sobre a pronúncia; e o *Codex Iuris Canonici*, quando se refere à língua litúrgica a usar na missa, nem sequer fala na latina (1), o que não deve causar admiração, sabido como é que, em vez dela, outras línguas são usadas nos ritos orientais (2).

Se a Santa Sé não quis impor, com uma clara determinação de carácter disciplinar, a generalização da pronúncia romana do latim, ou de qualquer outra, em substituição das chamadas pronúncias nacionais ou tradicionais, é óbvio que neste campo preferiu deixar liberdade de acção. Por consequência, o substituir as pronúncias tradicionais de cada nação por qualquer outra depende de razões de carácter local, que não me pertence nem discutir, nem sequer apresentar. É um aspecto que está fora do âmbito deste trabalho.

Vejamos agora a questão debaixo de outro aspecto. Examinemo-la à luz dos últimos estudos sobre a pronúncia da língua latina.

A unidade da pronúncia da língua latina perdeu-se há muitos séculos. É caso conhecido, que interessa apenas recordar, para se notar que desde então não mais o latim readquiriu, *naturalmente*, essa unidade. Passou a ter várias leituras (relacionadas com a formação das línguas neolatinas) e essas leituras, pela força que a realidade do presente tem sobre o passado,

(1) «Can. 819: Missae sacrificium celebrandum est lingua liturgica sui cuiusque ritus ab Ecclesia probati.»

(2) Na própria Itália uma região há onde a língua litúrgica é o grego. V. *I riti orientali. Spiegazioni liturgiche*, Sac. Dott. Rinaldo Pilkington, professore di S. Liturgia nel Seminario Maggiore di Firenze; Turim, 1939. Aí se diz na pág. 15: «Qualcheduno forse dirà: Ma non sarebbe meglio se si avesse dappertutto il medesimo rito e la medesima lingua liturgica? La Chiesa crede di no, e numerosi sono stati i Papi che hanno insistito perché i cristiani orientali rimanessero fedeli ai loro venerabili riti, e magari li restituissero alla loro purezza primitiva, se fossero stati alterati col tempo da qualche infiltrazione latinizzante.»

começaram a servir também para o latim escrito durante a época em que houvera unidade de pronúncia. E só por motivos de ordem científica ou por certas razões de ordem prática se regressará a uma unidade de pronúncia, e com ela se lerá o latim que de facto teve essa característica das línguas nacionais (de há muito o latim deixou de ser uma língua pátria), ou o que desse privilégio já não chegou a gozar. Pela força da natureza não é, porém, de esperar que tal língua volte a ser *una* em sua pronúncia.

Vemo-nos assim forçosamente defronte do problema das várias pronúncias do latim. Hoje a língua latina não é falada por nenhum povo e vários povos a pronunciam de maneira diferente. E com mais de uma pronúncia é também ensinada em escolas da mesma nacionalidade. Temos assim as chamadas pronúncias nacionais ou tradicionais (portuguesa, espanhola, francesa, italiana, romena, inglesa, alemã, etc.), e a pronúncia restaurada, também denominada clássica ou antiga.

Serão de condenar todas estas pronúncias menos uma, que seria a verdadeira? De um modo absoluto, não. Pode então uma mesma língua ter mais do que uma pronúncia? Também não. Como conciliar estas respostas, que parecem paradoxais? De um modo simples. A língua latina não é *una*, não conservou sempre as mesmas características (1). Quebrou a unidade de vocabulário, de morfologia, de sintaxe; e quebrou também a da pronúncia. Se a língua não é *una*, não repugna aceitar diversidade de pronúncia. O erro está na atribuição de uma mesma pronúncia a todos os latins (v. g., ler todo o latim com a pronúncia à maneira portuguesa), ou no uso de várias pronúncias para o mesmo latim (v. g., ler o latim de Cícero com as várias pronúncias nacionais). É uma questão de anacronismo. A boa norma para a solução deste problema está logicamente na justeza de relação entre o latim a ler e a pronúncia que lhe é própria. Solução fácil de apontar, mas difícil, nalguns pontos, de pôr em prática por ora. Em todo o caso, porém, norma a seguir.

(1) Ligada a este facto está a compilação, por nações, há anos iniciada e ainda não concluída, do *Archivum Latinitatis Medii Aevi*.

Para o latim clássico o assunto está resolvido, (1) pelo menos nos pontos fundamentais. No campo científico, a pronúncia que em Portugal chamamos restaurada é, pelo menos em teoria, correntemente aceita para a leitura do latim clássico, isto é, do latim da época mais brilhante da sua história como língua nacional de um povo.

E como proceder para o restante, isto é, para o latim que antecede a época clássica e para o que vai desde essa época até à actualidade? O problema não é, na verdade, fácil de resolver com o rigor do critério acima apontado, mas os defensores da pronúncia restaurada pensam, de um modo geral, que este aspecto do problema pode ser resolvido com a generalização daquela pronúncia ao latim de todas as épocas. Não é uma solução rigorosamente exacta, mas aceitável. Tratar-se-ia, afinal, de aplicar a todas as fases da vida de uma língua que sobreviveu ao povo de que era própria e cuja verdadeira pronúncia se perdera, a pronúncia usada no período auge da sua vida e que a ciência filológica conseguiu reconstruir nos seus traços fundamentais. É ainda um anacronismo, mas um anacronismo desculpável.

A solução, porém, não agrada a todos, e a oposição, teórica ou prática, feita a tal inovação foi mais forte nos povos latinos do que nos outros e foi-o, e é, especialmente na Itália. De facto, nas escolas italianas, embora os maiores mestres da língua latina considerem a pronúncia restaurada a verdadeira para o latim clássico, continua no entanto em uso a pronúncia nacional italiana. Faz excepção, que eu saiba, o Prof. G. Battista Pighi, que pertenceu à Universidade Católica de Milão e agora ingressou na de Bolonha, o qual ensina e pratica a pronúncia restaurada no estudo dos clássicos (2).

(1) Em Portugal, já em 1910 o Prof. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, na sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, aprovava a pronúncia restaurada; e em 1913 o Prof. A. J. Gonçalves Guimarães fazia a apologia da mesma pronúncia com o livro *Breviário da Pronúncia Normal do Latim Clássico*.

(2) O Prof. Giorgio Pasquali, da Universidade de Florença, escreveu: «estendere tacitamente al latino convenzioni ortografiche che non possono evidentemente valere se non per la lingua per la quale furono escogi-

Se não se obteve ainda, na prática, unidade de atitude relativamente à pronúncia do latim clássico, não obstante ser por todos os especialistas da matéria considerado certo o que a ciência filológica ensina a esse respeito, não é de admirar que, quanto ao restante latim, a divergência subsista.

Que pensar então acerca da pronúncia do latim litúrgico?

Quatro hipóteses se podem apresentar:

1.^a — adoptar-se a pronúncia clássica; 2.^a — adoptar-se a pronúncia pós-clássica, que se julga ter sido una em toda a România; 3.^a — dar preferência a uma das pronúncias nacionais; 4.^a — continuar cada povo a manter a pronúncia que lhe é tradicional.

Examinemo-las orientados pela norma acima apresentada: adoptar-se para o latim de cada época a pronúncia que ele teve nessa época. Para tal importa, antes de mais, conhecer a que épocas pertence o latim usado nas cerimónias litúrgicas.

A primeira dificuldade está na fixação do limite *a quo*, pois não se sabe ao certo quando, mesmo em Roma, a língua latina substituiu a grega nas cerimónias da nova religião, que os apóstolos Pedro e Paulo ali haviam levado. Mesmo fora da liturgia, no campo da literatura dos primeiros tempos do cristianismo, o grego dominava. Minúcio (coevo de Marco Aurélio) foi o primeiro que tentou em língua latina uma apologia do cristianismo e S. Dâmaso foi provavelmente o primeiro papa que com intuítos literários usou o latim (1).

tate, non sarà scientifico, ma risparmiarà molte delucidazioni preliminari. . . a stabilire come i Romani antichi pronunciassero i singoli suoni non ci mancano davvero i mezzi. Per la scienza filologica e linguistica la controversia particolare se *viginti* e *centum* si pronunciassero con *g* e *c* gutturale o palatale, non esiste neppure.» Não obstante esta declaração a favor da pronúncia restaurada, conclui assim o seu artigo: «io sono sicuro che nelle scuole italiane si continuerà a pronunciare il latino come si è sempre pronunciato, perchè questa è la tradizione, perchè si è fatto sempre così.» *Pègaso*, ano 1, n.º 212, Florença, 1929, artigo sobre «Latino francese, latino italiano, e latino latino», págs. 733-738.

(1) Umberto Moricca, *Storia della letteratura latina cristiana*, Turim, *passim*.

Mas esta sobreposição do grego à língua latina em terras do Lácio não foi absoluta. Se para as classes cultas e para os elementos de origem oriental, atraídos pela pregação dos Apóstolos, o grego não era língua fechada, outro tanto não sucedia em relação à massa do povo, que também começava a professar a religião cristã. A tradução dos livros sagrados tornava-se necessária. Esse trabalho, obra de anónimos, começou pelo livro dos Salmos e pelo Novo Testamento. Na poesia dos Salmos encontravam os primeiros cristãos a expressão lírica dos seus sentimentos e nos livros do Novo Testamento estavam as verdades fundamentais da nova religião. Daí a preferência pela sua leitura e a conseqüente necessidade das traduções em língua vernácula.

O P.^e Zorell, no estudo que precede a sua tradução latina dos Salmos feita sobre o texto hebraico, admite que já durante o século II p. C. se lia no mundo romano uma tradução latina dos Salmos e que nas reuniões de carácter religioso eles eram cantados em latim (1).

Por isso, quando no final do século IV S. Jerónimo escreveu a sua tríplice tradução do livro dos Salmos, teve presente, sobretudo para as duas primeiras redacções, conhecidas com os nomes de *Psalterium Romanum* e *Psalterium Gallicanum*, as traduções latinas já existentes. O seu trabalho foi uma correcção do texto latino corrente, e correcção parcial, como ele próprio diz: «Nos emendantes olim Psalterium, ubicumque sensus idem est, veterum interpretum consuetudinem mutare nolimus, ne nimia novitate lectoris studium terreremus (2).»

(1) *Psalterium ex hebraeo latinum*, auctore Francisco Zorell S. J., Romae, sumptibus Pontificii Instituti Biblici, 1939, págs. IX-X: «Item post Christum natum, cum religio christiana per eas regiones disseminaretur, quibus, in vita quidem publica et civili, in usu erat lingua latina, iidem libri sacri pedetentim ex graeco in latinum conversi sunt. Quo factum est ut iam saeculo secundo currente psalmodiarum quoque libellus per orbem romanum legeretur atque in coetibus sacris cantaretur tam latine quam graece.»

(2) Apud *Introductionis in sacros utriusque Testamenti libros Compendium*, auctore P. Hildebrando Hüpfel, O. S. B., Sublaci 1921-1922, vol. II, pág. 195, n. 1.

A tradução feita directamente sobre o texto hebraico, e que, segundo Zorell, é a melhor, nunca entrou no uso litúrgico. As outras duas foram usadas até à reforma do Missal e do Breviário de S. S. Pio v. A partir dessa data a preferência foi dada ao *Psalterium Gallicanum*, mas não foi inteiramente posto de parte o *Psalterium Romanum*, ainda hoje em uso no coro da Basílica de S. Pedro, de Roma, e do qual são tirados os trechos de algumas orações variáveis da missa (1).

Temos assim ainda em uso na liturgia católica, de rito romano, um texto latino dos Salmos que em grande parte remonta ao século II.

Cousa semelhante sucede com o Novo Testamento. O texto usado é a tradução de S. Jerónimo, do século IV. Mas é de aceitar que em grande parte esse texto remonte ao início da vida do cristianismo.

A necessidade de traduções latinas apontada em relação aos Salmos era idêntica relativamente aos livros do Novo Testamento. Moricca (2) diz serem com muita probabilidade do século II as primeiras traduções. Höpfl (3) ensina que os primeiros vestígios de tradução latina da Sagrada Escritura aparecem num antiquíssimo documento da Igreja Africana, relativo ao ano de 180. Muitos foram os tradutores latinos desses livros sagrados «*primis fidei temporibus*», como diz Santo Agostinho. As traduções chegaram a ser em tão grande número, que se sentiu necessidade de um trabalho de unificação levado a cabo sobretudo por S. Jerónimo. Antes, porém, houve outras tentativas do género. Delas se serviu aquele doutor da Igreja e fê-lo com um critério de tanto respeito pelo trabalho realizado, que apenas o corrigiu quando a fidelidade da tradução o exigia. Höpfl (4) diz: «*Sed prae oculis haberi debet S. Hieronymum in emendatione textum traditionalem in quantum fieri poterat integrum servasse ad vitandam offensionem fidelium qui huic textui assueti erant*

(1) Höpfl, *ob. cit.*, vol. II, pág. 195.

(2) *Ob. cit.*, vol. I, pág. 39.

(3) *Ob. cit.*, vol. I, pág. 248.

(4) *Ob. cit.*, vol. I, pág. 273.

et novitate translationis turbati fuissent, et manifestos tantum errores eliminasse (1).»

Temos assim que também em relação ao Novo Testamento somos levados a aceitar para parte do texto latino uma origem remotíssima, pelo menos o século II. E S. E. o Cardeal Schuster, num precioso livrinho (2), repassado de veneração pela vida dos primeiros séculos da Igreja, dá um esquema da anáfora, que serviu de hino eucarístico na primitiva Igreja dos Mártires, «dispersa oggi qua e là nel Canone della Messa», e atribui-lhe uma antiguidade que remonta pelo menos ao século III.

Desde esses antiquíssimos textos até hoje, pode dizer-se que não mais parou o trabalho de composição de textos litúrgicos em língua latina. Pelos séculos fora se encontram escalonados os autores dos hinos litúrgicos contidos no Missal e no Breviário (3). Ainda hoje na Cúria Romana existe o cargo de hinógrafo.

Estabelecido, pois, o século II como a época mais recuada de textos litúrgicos em língua latina, podemos afirmar que as épocas a que pertence o latim da liturgia se estendem por dezoito séculos.

Em face destes elementos, que fazer relativamente à pronúncia?

A fase mais antiga do latim litúrgico, e fase importante, está ainda dentro da época a que se atribui a pronúncia restaurada. É certo que a reconstituição foi feita relativamente ao fim da República, mas é também certo que essa pronúncia não desapareceu imediatamente. Evolucionou pouco a pouco. Gramáticos de época tardia ainda a propõem. Podemos por isso admitir que a pronúncia clássica existia na época em que se formaram os primeiros documentos latinos da liturgia.

(1) O Prof. Augustinus Merk, S. I., na edição, de 1942, do *Novum Testamentum*, cita os «codices veteris versionis latinae», que são distintos dos códices da Vulgata.

(2) *Il libro della preghiera antica*, Milão, 1943.

(3) V. Francesco Remotti, *Metrica latina classica e cristiana*, Turim, 1940.

Há depois textos da fase intermédia entre a pronúncia clássica e o aparecimento das pronúncias nacionais, fase durante a qual se admite que houve na România unidade de língua e de pronúncia. Finalmente, há-os da época em que aquelas pronúncias começaram a aparecer, época que deve anteceder de algum tempo a formação das línguas neolatinas.

Em virtude do que fica sumariamente exposto, podemos concluir que o latim da liturgia católica é de épocas às quais correspondem várias pronúncias; mas devo acrescentar não ser fácil — será mesmo possível? — destringer e agrupar os vários elementos de cada época. Donde se segue sermos forçados a considerar impossível, enquanto o assunto não for melhor estudado, a aplicação do princípio enunciado de que para cada latim se use hoje a pronúncia usada no tempo da sua composição. O que não vai infirmar esse princípio, mas simplesmente mostrar que não possuímos ainda elementos para uma resolução definitiva do caso. Nem por isso, no entanto, o problema deixa de interessar. Para chegar à fase final, devemos passar forçosamente pelas intermédias.

Analiseemos agora as hipóteses atrás apresentadas.

1.^a — Adopção da pronúncia clássica. — Como vimos, parte do latim usado na liturgia ascende a uma época em que ainda corria esta pronúncia. Sucede, porém, que esse latim não tem características da língua literária clássica; está mais próximo da linguagem popular. Teria por isso sido a sua pronúncia inteiramente clássica ou já modificada no sentido da evolução fonética, que havia de alterar os sons característicos da leitura da idade clássica? A resposta é incerta de mais para que se tenha por completamente justificado o uso de tal pronúncia em relação a esse latim, que seria, como ficou dito, o fundo principal da tradução latina dos Salmos e do Novo Testamento. Muito menos se justificaria, pois, a extensão de tal pronúncia a todo o outro latim litúrgico. Este aspecto da questão espera, porém, um estudo profundo, do qual talvez se tirem conclusões mais favoráveis à adopção da pronúncia restaurada para o latim da liturgia.

2.^a — Uso da pronúncia pós-clássica ou da fase intermédia. — Tal hipótese está posta de parte pelo facto de a pronúncia desta época não ter sido objecto de um estudo que a reconsi-

titua, embora se creia não faltarem elementos para tal. O Prof. G. Battista Pighi, defensor, como se disse, da pronúncia restaurada para o latim clássico, propõe o uso da leitura desta época (chama-lhe «pronúncia vulgar ou europeia») para o latim litúrgico e praticamente iguala-a à pronúncia italiana do latim. Na teoria, porém, o ilustre professor não admite essa igualdade. Di-lo nestas elucidativas palavras: «Serà bene che noi italiani non ci adagiamo troppo nell' orgoglioso pensiero che la nostra pronunzia nazionale del latino è assai vicina alla pronunzia volgare ed europea. La vicinanza c'è, ma è tra la pronunzia dell' italiano e il latino, mentre è molto minore tra la pronunzia italiana del latino e il latino. Non sembri distinzione troppo sottile. Il fatto è che, per colpa d'una tradizione scolastica trascurata o incolta, nelle nostre scuole non si pronunzia il latino come l'italiano (che sarebbe legittimo), ma secondo certe regole tanto antiche quanto arbitrarie. E basti un solo esempio: il venerabile nome di Roma, che da Romolo ai tempi nostri s'è sempre pronunziato con l'o stretto, diventa uno sguaiato *ròma* appena lo si trova in un testo latino. Se vorremo opporre con ragione la nostra alle pronunzie nazionali straniere del latino, dovremo pensaré seriamente a correggerci (1).»

De resto, como podemos nós admitir que o latim, desentranhando-se em várias línguas, das quais o italiano é uma e não mais chegada do que as suas irmãs à língua-mãe comum, tenha conservado na língua italiana sem alteração apenas a parte fonética, precisamente a mais sujeita a modificações? Essa imobilidade fonética considera-a o Prof. Giorgio Pasquali ofensiva. Assim atacava tal opinião, defendida por um seu compatriota: «sarebbe un miracolo (essa imobilidade); e non sarebbe neppure un bel miracolo. Poichè ragione principale del mutamento linguistico è l'attività spirituale dei parlanti, un popolo che parlasse ancora come venti secoli fa darebbe segno di pigrizia, di stasi intellettuale quasi vergognosa (2).»

(1) *Per lo studio e l'uso del latino*, Roma, an. 1, n. 2 (1939), pág. 109.

(2) Artigo citado. No mesmo artigo o Prof. G. Pasquali justifica o uso, na liturgia, da «pronuncia del latino che da noi in Italia è tradizio-

3.^a—Dar preferência a uma das pronúncias nacionais.— Nenhuma razão de ordem científica há que justifique a generalização de uma dessas pronúncias para o latim da época a que elas pertencem. Muito menos razão, é claro, haverá para a generalização ao latim de todas as épocas. As razões apontadas a favor de qualquer pronúncia nacional das nações latinas podem ser igualmente invocadas pelas restantes, com a mesma verdade com que se afirma ter sido o latim a língua de toda a România.

São, pois, as pronúncias nacionais (e estamos na 4.^a hipótese) as que devemos usar, cada uma no seu meio, para o latim litúrgico escrito depois do seu aparecimento.

E para o latim litúrgico de outras épocas? Para esse também são as pronúncias nacionais as que ficam de pé, eliminada, pelas razões expostas, a restaurada, e desconhecida a da época seguinte.

Não é esta uma solução absolutamente satisfatória e definitiva do problema. Além das falhas já claramente indicadas, outros pormenores haveria a ter em conta, como, por exemplo, a nacionalidade dos autores dos textos litúrgicos da época em que as pronúncias já são várias. Mas, não obstante as imperfeições apontadas, a referida solução é por ora a única consentânea com os estudos feitos e não oferece o perigo de trazer inovações que um futuro exame da questão, fundamentado em novos elementos, obrigue a pôr de parte.

O latim clássico absorveu a atenção dos que se têm dedicado a investigações sobre a pronúncia da língua latina. Não admira por isso que o restante latim, de que é uma parte o dos textos litúrgicos, não tenha merecido ainda maior atenção. Só depois de melhor conhecidas a pronúncia medieval e a his-

nale da seculi» com o facto de os Italianos dominarem desde há muito no governo da Igreja: «da allora (Rinascimento) fino a oggi, la maggioranza del Sacro Collegio è stata sempre d'Italiani; dal secolo xv a oggi di papi stranieri ce n'è stato uno solo.»

Este argumento a favor da pronúncia italiana do latim, baseado na nacionalidade dos membros do Sacro Colégio e dos sumos pontífices, não tem na realidade grande peso e denuncia uma visão demasiadamente italiana da questão.

tória das pronúncias nacionais e de bem determinadas as épocas e os autores dos hinos e dos outros textos litúrgicos, se poderá chegar, como aconteceu para o latim clássico, a conclusões mais seguras.

Para isso é necessário que o problema seja apresentado e comece a ser discutido. Trazer alguns elementos para o seu estudo é o fim destas notas.

JOSÉ GOMES BRANCO